
**CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA
DIPLOMÁTICA PORTUGUESA
ESTUDO DE GEOPOLÍTICA**

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

IV DO CERCO AO EQUILÍBRIO

... em dia de san Ioam da dita era, encontrou com com uma nau da Índia, por nome san Filipe, a qual abalroou e tomou muito facilmente e mandou-a levar caminho de Inglaterra, a qual nova foi para esta cidade (Lisboa) de assás desconolação e tanto espanto para todos por nunca se ver, até então, outra tal, mas eram os rios de ouro que diziam que haviam de correr pelas ruas sendo el Rei Dom Filipe Rey de Portugal e que não havia de ouzar ladrão nenhum de andar no mar, mas os rios de ouro, por nossos pecados mudaram-se para Inglaterra onde levavam a nata de tudo o bom de Portugal, como adiante ouvireis que ainda isto é pão e mel...

Memorial de Pero Roiz Soares, I, *Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, 1953, pág. 239, comentário relativo ao ano de 1587.*

Os acontecimentos do final do século XVI e do princípio do século XVII tinham já insinuado, de modo bem claro, que o destino de Portugal, enquanto estivesse na dependência política de Espanha, seria manifestamente secundário, sem que fosse mais seguro. Os centros europeus de decisão estavam longe, as áreas ricas também e o acesso que a elas podia ter Portugal dependia, sem dúvida alguma, da licença filipina. Nas áreas onde, antes, Portugal intervinha por iniciativa própria — o Atlântico, o Índico e mesmo o Pacífico — passou a estar sujeito, em virtude da sujeição dinástica à Espanha, a compromissos que, sem aligeirar os próprios, ainda mais forte-

mente o afectavam. Com efeito, em nada tinha diminuído o encargo de garantir a segurança das rotas que interessavam a Portugal e de que não podia desistir. As responsabilidades militares de Portugal tinham mesmo aumentado e não podiam ser enjeitadas: se os portugueses pretendiam conservar posições para, em melhor ocasião, tornar viável a recuperação da independência, não podiam desistir de serem eles próprios a assegurar a segurança das suas rotas.

Nas condições em que se encontravam, nesta altura, os confrontos europeus, a intervenção da Espanha em Portugal teria sido muito difícil de evitar. Para lhe atenuar os efeitos político-militares, os portugueses estabeleceram com o rei de Espanha, nas Cortes de Tomar, um estatuto jurídico cujos compromissos conservavam o máximo das possibilidades nacionais. A Espanha negociara-o tendo em conta a necessidade de integrar pacificamente Portugal, pouco depois de se terem constituído as *Provincias Unidas* e quando os Estados que as formavam tinham declarado a deposição de Filipe II. Muitos dos direitos nacionais de Portugal (afinal quase só os que estariam incluídos nas atribuições administrativas de um estado) permaneceram; por essa via podiam os portugueses nutrir uma certa esperança de vir a recuperar a independência plena. Mas estas perspectivas só podiam ser aproveitadas se o corpo nacional mantivesse intacta um mínimo da sua habilitação militar e se os seus corpos políticos continuassem capazes de permanecer sensíveis às alterações internacionais que se iam desenvolvendo, em condições portanto de se aproveitar delas.

Essas alterações iam desenvolver-se em dois planos: os estruturais e os conjunturais.

1 — *As propostas da conjuntura*

No final dos anos de 20, do século XVII, no decurso da Guerra dos 30 Anos, a Áustria, a França e a Espanha como estados e a Alemanha como conjunto político estavam envolvidos num processo de luta pela hegemonia europeia. Mas a decisão não podia ser alcançada só pelo confronto nas áreas cujo domínio mais directamente se procurava assegurar. A Áustria e a Espanha empreendiam um esforço decisivo para manter em segurança as principais zonas que cobriam as suas fronteiras que tinham resultado da evolução político-militar do século XVI. A França, muito mais desfavorecida, alargava a tática de negociar o apoio de forças marginais à definição

do poder europeu, embora importantes nas zonas que lhes competiam: Portugal, a Catalunha, o Báltico, como regiões; os antagonismos nacionais como motivações sociais de apoio.

Foi nessa base que se verificou a intervenção da Suécia na Guerra dos 30 Anos. Potência que ambicionava a hegemonia no Báltico, dispunha dos materiais estratégicos essenciais na época: o ferro, o linho e a madeira; tinha meios de pressão para dominar as entradas sobre a planície russa e a Polónia e manter uma posição de força na Dinamarca, de modo a tomar posições decisivas para as entradas no Báltico. Nutria pois a ambição de o transformar num «lago» sueco. Por aí, podia também exercer uma pressão político-militar poderosa sobre os estados alemães e constituir aí uma alternativa à hegemonia imperial. A resistência austríaca e russa a estes projectos era imediata e embora a intervenção desta última fosse, na altura, dispicienda, o mesmo se não podia dizer da austríaca que se revelava perfeitamente consciente dos propósitos suecos. Mas a recíproca também era verdadeira. Se a Alemanha se unificasse sob a direcção da Áustria, numa federação compreensiva de estados, certamente que a Suécia sofreria as consequências nesse mesmo mar que pretendia dominar: o Báltico. Por isso, a Suécia coincidia com a França, no seu voto de impedir uma Alemanha unificada sob hegemonia austríaca.

A intervenção da Suécia, solicitada pela França contra a Áustria, era acompanhada na Europa Central pela mobilização dos regionalismos alemães com vista a que se opusessem a qualquer forma de unificação. Na Europa Ocidental, em coincidência com esta manobra, a França orientava-se no sentido de impedir a mobilização contra ela dos recursos espanhóis. Para tanto, utilizava o mesmo tipo de recursos: o incitamento aos antagonismos regionais contra a hegemonia castelhana na Península. Evidentemente que tanto os Reis Católicos como Filipe II (os dois monarcas bem sucedidos na unidade hispânica do mundo moderno) conheciam a força do regionalismo e o carácter artificial e voluntarista da unificação da Península num só estado⁽¹⁾. Por isso, para a levar a efeito, invocaram, sobretudo, razões momentâneas, já que o comportamento real das populações era inteiramente oposto a essa unificação, mesmo que meramente dinástica. Os Reis Católicos invocaram, no século XV, para Aragão, o objectivo da hege-

(1) Uma península não é obrigatoriamente uma unidade geográfica. E, quando muito, uma unidade física.

monia da Itália. No século XVI, Filipe II invocou, para Portugal, a necessidade de garantir a hegemonia atlântica. Mas, no século XVII, esse objectivo estava já visivelmente distante das possibilidades espanholas. Os projectos unitários tinham, portanto, perdido capacidade política de mobilização, na altura em que os antagonismos regionais retomavam toda a pujança. Catalães, vascos, castelhanos, portugueses só podiam estar unidos se tivessem um objectivo que os dirigisse num só sentido que «valesse» a «perda» da independência. Desaparecida essa possibilidade, a consequência era a luta pela independência. Enfraquecidos os objectivos comuns válidos, e aceites, a garantia da unidade hispânica só podia estar, como o viu Olivares, na criação de estruturas unificadoras e na integração dos recursos diplomáticos, militares e económicos num estado, desse modo, centralizado. Mas a resistência a tais planos era vivíssima e, como se vê, as condições estruturais não os favoreciam. Foi no apoio à oposição aos planos unitaristas de Olivares que a França manobrou com vista ao enfraquecimento da Espanha.

No que diz respeito a Portugal, o rei era espanhol. Recebera por herança o reino, com as suas leis, o seu sistema administrativo, etc. Nada havia no estatuto estipulado pelas Cortes de Tomar (1581) que autorizasse o rei espanhol a alterar a situação do reino de Portugal, cuja coroa, em termos de direito, lhe tinha sido, *ocasionalmente*, entregue. Como rei de Portugal, teria de consultar as Cortes. Ou seja: só uma concepção regalista do absolutismo poderia modificar estas exigências políticas.

A intervenção da Espanha na Guerra dos 30 Anos (1628) e a clara política francesa de apelo aos antagonismos regionalistas quase coincidiu com as tentativas de reforço da unificação hispânica e o consequente projecto de subalternização dos foros e privilégios locais. O conde-duque de Olivares só esperava a oportunidade para o realizar. A consequência seria — pensavam os seus defensores — o reforço da posição da Espanha no concerto europeu. Isto é, a vitória da unidade Espanha-Áustria sobre a França, defensora interessada das autonomias locais, aliada à Suécia e contando com o apoio da Holanda e a benevolência da Grã-Bretanha, tornaria viável o projecto da *Grande Espanha*. Esta certeza de que o ataque aos foros particulares seria inevitável, caso a Espanha vencesse a Guerra dos 30 Anos, era vivida em todos os reinos sujeitos à coroa de Espanha, e constituía um motor de intensa preocupação, frente à coroa de Castela. Era também um motivo de certeza do apoio francês aos mo-

vimentos de dissidência que pudesse formar-se com probabilidades de mobilização. Apresentavam-se bem claras as intenções do conde-duque de Olivares: a Espanha devia ser uma entidade unitária e centralizada e todos os seus componentes deviam estar subordinados, como províncias, ao seu Rei. E muito embora essa subordinação como províncias pudesse não ser contrária a uma consciência regional — era-o, com certeza, às consciências nacionais que se tinham vitalizado na independência.

Estes projectos de unidade hispânica de Olivares assentavam no pressuposto de que o interesse das diversas áreas da Península Ibérica pelos problemas europeus era igual e que todos se encontravam preocupados com uma hegemonia europeia de dimensão hispânica. Isto é, partia da ideia de que os problemas da Europa Central e da França tinham igual urgência para a Catalunha, as Vascongadas, Portugal ou a Andaluzia, e que as vontades nacionais estavam dispostas a sacrificar-se por esse novo projecto comum. Não sucedia assim. Mesmo o interesse da Catalunha mediterrânica quanto à sua autonomia não coincidia com o de Portugal, este voltado para o Atlântico, o Brasil e o mar do Norte. Mesmo estas duas nações, potencialmente aliadas, dispunham de recursos e de viabilidades de auxílios completamente diversos. Assim, a Catalunha podia ser uma aliada constante na França. Os seus interesses estavam essencialmente ligados ao Mediterrâneo e à América do Sul. Portugal, pelo contrário, ligado à Espanha por herança, tinha um reino a recuperar (não a reconstituir); tinha uma política externa com amplas tradições, ligada ao mar do Norte e uma aliança tradicional — a britânica; tinha possibilidade de aproveitar grandes interesses que criava no Índico, no Atlântico e em África. Os seus produtos tradicionais tendiam a ser concorrentes dos espanhóis e, nessas condições, não podiam esperar da unidade hispânica grandes possibilidades para conservar mercados próprios, desde a Europa à América do Sul. Por outro lado, o açúcar procurava necessariamente os mercados do Norte da Europa, enquanto o tráfico escravo se dirigia a clientes portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses, negociados no local. Lisboa visava o comércio intercontinental com a Índia e a China. O consumo dos seus artigos só podia ser procurado na Inglaterra, na Holanda e na Alemanha. Outro tanto se pode dizer para as Vascongadas, cuja indústria mineira estava em concorrência com a Suécia e procurava a Inglaterra, também pretendida para a lã de que a Mesta tinha feito o monopólio, concentrando a produção nos

portos do Norte da Espanha. Como unificar os interesses nacionais castelhanos numa linha comum à Catalunha, às Vascongadas, a Portugal, com as suas zonas de interesses específicos a cada um deles? Onde é que as zonas de influência directa que iam da Índia ao Brasil, da África às zonas do Norte podiam coincidir com os que visavam o Levante ou a Itália? Para que lhes servia a unificação?

No ponto de vista político, a posição de Portugal também era divergente. Dotado de uma política externa, baseada no cálculo ponderado e empírico dos interesses internacionais, em consonância com o seu esforço de sobrevivência, Portugal não podia, depois da ocupação espanhola, utilizar ou manejar os privilégios de que dispunha, no sentido de criar colónias de mercadores nos grandes portos europeus, ou mesmo nos portos espanhóis da América do Sul. As colónias que os Portugueses tinham constituído na Flandres e em Londres estavam afastadas de qualquer ligação à nova realza espanhola e altamente contaminadas pelas diferenças de religião e outras dificuldades de contacto com o país de origem. Portugal, sem a sua política externa tradicional mas com necessidade de tráfego comercial com a Europa do Norte, tinha chegado, portanto, a uma situação de insegurança, ainda maior do que no século XVI. Na prática, afinal, em face destas divergências com a Espanha, não podia ter protecção diplomática, nem negociar contratos ou concorrer com os espanhóis, o que, na verdade, era inevitável. A ligação de Portugal à Espanha afastava-o da Europa ou tornava essa ligação sujeita à consideração dos interesses espanhóis. E a política global destes não podia admitir qualquer divergência nas áreas europeias onde a sua hegemonia era disputada. Em toda a parte, os interesses portugueses tinham pois de se subalternizar: consequência grave mas inevitável. A posição de Portugal, em todas estas áreas, não podia coincidir com a Espanha.

Podemos considerar, para as questões relativas à política externa, três fases bem distintas na evolução do domínio espanhol em Portugal. A primeira vai até à crise financeira de 1607-1608, com o fim das ilusões acerca das vantagens económicas e políticas da unidade hispânica. A segunda vai até 1628, durante a qual desaparecem as possibilidades da interferência de Portugal na vida política espanhola, com o afastamento inevitável das propostas da transferência da capital das Espanhas para Lisboa, juntamente com a falência dos projectos da constituição de companhias mono-

polistas em Lisboa, Sevilha, Bilbao e Barcelona e com os ataques dos holandeses ao Brasil. A terceira, finalmente, é ocupada pelo processo da preparação da independência. A ameaça à autonomia portuguesa não foi o problema mais importante, no decurso de todo o período da ocupação espanhola. Verdadeiramente, só começou a verificar-se na terceira fase.

Depois de 1628, as condições da sociedade portuguesa tornaram-se altamente receptivas quanto ao restabelecimento da independência que lhe trouxesse, de novo, o acesso a uma política externa própria, com possibilidade de Portugal dispor de meios para promover negociações directas, ou tomar a iniciativa das expedições militares. Quando, na Índia, as frota portuguesas tiveram de enfrentar a armada inglesa ou quando, em Macau e no Brasil, os holandeses atacaram os portugueses, estes resistiram com os recursos locais e reduzida capacidade em obter meios de defesa. Em compensação, o vice-rei da Índia, o conde de Redondo, pôde realizar negociações directas com os ingleses com excelentes resultados práticos. Não tinha sucedido o mesmo no Brasil, onde Maurício de Nassau conseguira ocupar Pernambuco. Para lhe fazer face, intercalavam-se as ameaças e os confrontos. Não era o Conselho de Portugal, com sede em Madrid e obrigado a ter em conta múltiplas coordenadas estranhas ao País, que podia resolver ou definir uma linha de política externa útil para Portugal. O nosso país encontrava-se, até, em conflito com espanhóis no Peru e no Prata, embora os interesses coincidissem em África e nas Caraíbas. As posições portuguesas podiam ter aspectos de concordância militar relativamente à Flandres, Holanda e Dinamarca, mas pouco lhes interessava o Mediterrâneo e a Europa Central que, por sua vez, absorviam grande parte das forças espanholas. Para definir uma política externa relativa a Portugal e a Espanha, havia, portanto, mais áreas de conflito do que de acordo. Contudo, Portugal ainda não estava em condições de restabelecer, como tinha feito entre o século XII e XVI, a sua separação relativamente aos Estados da Península para poder levar por diante a defesa dos seus interesses económicos e políticos.

O escol português nunca tinha deixado de pensar nesse sentido. Do mesmo modo, havia espanhóis para quem contava muito o receio de que a unidade da monarquia peninsular desse aos portugueses possibilidade de entrarem nas suas zonas reservadas da América do Sul. E caso se mantivessem as duas nacionalidades distintas, embora colocadas debaixo do mesmo rei, tal possibilidade podia estar afastada. E foi o que sucedeu.

A ideia de que Portugal, durante o domínio espanhol, não concebeu a política externa que lhe convinha e não lutou por ela, é falsa. Certo é que lhe não foi possível impô-la às dominantes espanholas, mas nunca perdeu de vista a linha de orientação que mais lhe servia. Na evolução para a reconquista da independência — isto é, para a reconquista de uma política externa soberana — primeiro, foi preciso desgastar-se a doutrinação acerca da legitimidade do poder, como herança, e substituí-lo pelo conceito de realza com um serviço nacional, não definida, portanto, só por direitos herdados. A prova de que a comunidade nacional continuava vigilante está precisamente, por paradoxal que pareça, no facto de, vigiando as condições mundiais não ter gasto as suas forças numa luta precoce que anularia as instituições próprias, base da acção eficaz, logo que surgisse uma oportunidade com probabilidade de sucesso. As Nações não são aventuras: são instituições naturais. Defendê-las não é usá-las, mas evitar que se destruam. Há tempo para proteger e tempo para atacar: regra de ouro da defesa das nacionalidades. Assim, os portugueses começaram por aceitar a política de tréguas, seguida pela Espanha, tendo mantido as suas relações com o Norte de África, a Inglaterra e a Holanda. Os comerciantes ingleses negociaram mesmo privilégios para o seu comércio, mantendo-se aberto esse mercado tradicional. O mesmo se verificou com a Holanda. Ao mesmo tempo, independentemente dos seus projectos de hegemonia política, Lisboa e a costa portuguesa iam retomando o seu papel transitário. As potencialidades internacionais da costa portuguesa voltaram a aperceber-se do interesse europeu contido na independência portuguesa, quando já era evidente a vocação do seu escol para retomar a direcção do Estado. Por sua vez, a especialização económica nacional, seja no Brasil com o açúcar, o tabaco, e depois o couro, seja na metrópole com o sal e o vinho, davam-lhe a indispensável autonomia económica. Além disso, ainda, a derrota da proposta para que a capital das Espanhas fosse Lisboa, revelou, afinal, a consciência de que Portugal só podia defender-se se retomasse o cálculo programático das medidas a tomar, com uma política externa adequada, de sua própria responsabilidade.

2 — *Habilitações estruturais: a navegação*

A situação diplomática e estratégica europeia evoluía, em diversos sentidos, de um modo que viria a reflectir-se, com a maior relevância, em Portugal.

Alterações profundas em diferentes domínios essenciais da vida social, económica, política e militar conduziram a que se definisse, a partir do segundo quartel do século XVII, uma situação dotada de novas, grandes, potencialidades. Num primeiro aspecto, verificava-se o aparecimento, não só de mais potências marítimas, como de um número muito maior de navios, facilitado por consideráveis melhoramentos na construção naval e nas técnicas de navegação que permitiam tentar e praticar novas rotas, além das vias já conhecidas. A descoberta desses novos recursos de navegação assegurou mais tráfego. Por isso, a concorrência internacional tornava-se maior e a incontestável hegemonia espanhola, mesmo que se exercesse sobre áreas bem definidas, não podia chegar a todas as que já eram utilizadas: a doutrina do *mare liberum* resultava, afinal, das maiores possibilidades de navegação em todos os lugares e regiões, o que tornava a aplicação da doutrina do *mare clausum* um encargo materialmente insuportável, caso não houvesse uma ordem internacional respeitada, com os seus árbitros autorizados e acatados. E essa ordem não existia: nas condições internacionais de permanente confronto, tornava-se impossível que tal acontecesse. O aumento da construção naval e os novos meios de navegação permitiam que o mar fosse mais devassado; portanto, a hegemonia espanhola, embora não tivesse desaparecido por completo, não podia proceder ao patrulhamento efectivo dos mares. O mar estava realmente livre. Mas não se abriu por enfraquecimento da Espanha. Ocorreu em face das novas condições de navegação que ampliaram consideravelmente as possibilidades de acesso de novos concorrentes às diferentes rotas, sem que, paralelamente, tivessem surgido meios militares eficientes para o impedir. E como a Espanha não conseguiu aumentar os seus meios de vigilância e controlo, foi obrigada a reconhecer, ou a aceitar, essas possibilidades de navegação para outras potências. Como tal, teve de se resignar à partilha dos direitos do mar.

Esse melhoramento das técnicas de navegação, acompanhado da maior rapidez e aperfeiçoamento da construção naval, trouxe até mais eficácia na navegação solitária e com ela o aumento da pirataria. O curso que o século XVI conhecera ⁽²⁾, sem desaparecer, passara para segundo plano no domínio das preocupações internacionais, enquanto a pirataria se tor-

⁽²⁾ Ruy de Albuquerque, *As represálias. Estudo de História do Direito Português (séculos XV e XVI)*. Lisboa 1972.

nava um acontecimento alarmante, desprovido, como estava, de meios de ligação ao campo legal, como sucedia com o corso. A construção de navios rápidos acentuava a diferença entre navios piratas e navios comerciais e obrigava à necessidade de organizar comboios de navios, providos de protecção militar naval. O mar tinha-se tornado mais seguro, pela qualidade dos navios, com navegação mais diversificada pelo maior número de áreas economicamente interessantes. Tornava-se, porém, mais arriscado pelo aumento da pirataria. Fenómeno essencial que vai ao encontro de novas condições tecnológicas, demográficas e políticas verificadas no continente.

Com efeito, este acontecimento ocorre quando se verifica o crescimento económico da Europa do Norte, tanto no domínio comercial como agrícola. O melhoramento da produtividade agrária e o consequente aumento das exportações do Norte da Europa, faz com que as potências marítimas daquela zona se interessem pelo mercado mediterrânico, desde sempre, ávido de cereais. Por essa via, a costa portuguesa retoma importância europeia, não só como no século XVI em relação aos novos mares, mas renovando-se como zona indispensável ao comércio transitário e de acesso ao Mediterrâneo.

Enquanto estas lentas ocorrências levam a uma diferente definição das costas e do mar, as guerras do continente europeu renovavam-se, com campos bem diversificados, no que se refere ao seu conteúdo estratégico: a zona oriental, de confronto com o turco; a da Europa Central onde, como se viu, se desenvolviam e acumulavam os antagonismos e as divergências que conduziram e alimentaram a Guerra dos 30 Anos; a zona da Flandres, da Holanda e do mar do Norte, que tangiam, mais directamente, com o Atlântico e o domínio do Reno e da Alemanha Ocidental. Mas, embora comportasse essas três áreas de influência (ou de guerra), a Europa não estava tão diversificada em potências hegemónicas. Dois grandes estados aliados — a Espanha e a Áustria — tinham responsabilidades políticas e militares em todas essas regiões, onde, por sua vez, os adversários se dividiam: a África enfrentava, a Oriente, o turco e a Ocidente, o francês, na rivalidade relativa à hegemonia na Europa Central. A Espanha enfrentava a França no Mediterrâneo e na sua influência sobre a Flandres. A paz (concebida em termos de hegemonia) era sempre interpretada de uma forma precária. A Áustria destinava-se a unificar a Ale-

manha e a partir daí, expulsar os turcos e destruir os «reformados»; a Espanha projectava dominar a Flandres e assim esmagar essa mesma Reforma. Para mais longe, unia-os a esperança de reunir a hegemonia marítima com a hegemonia terrestre. Possível? E quais os limites do seu poder? Como o usariam? A França encabeçava o cepticismo de grande parte da Europa acerca do uso que se faria dessas preponderâncias e dos exércitos que as corroboravam.

Não obstante, apesar das anarquias da guerra, a Europa Central e Ocidental exibiu, até 1620, uma crescente capacidade de produção. Depois da prosperidade agrícola do final do século XVI, a que se seguiu uma crise de vendas e de crédito, os preços retomaram o seu sentido ascendente. O facto não deixou de estimular o comércio, no sentido de procurar novos lugares de comércio. De qualquer modo, era da Europa Central e Ocidental que vinham os excedentes que garantiam este último, alimentavam os exércitos e estimulavam as capacidades locais. Estas continuavam a ser decisivas quer porque diminuía os encargos militares quer porque os meios de transporte terrestres e marítimos não dispensavam o apoio dos pontos intermédios e os lugares de abastecimento. O século XVII desenvolve-se, pois, no ponto de vista estratégico, sob o signo da influência cada vez maior das zonas intermédias para garantia das grandes áreas de decisão. Os grandes estados podiam ser hegemónicos mas não dispensavam o apoio de satélites, para lhes aumentar a segurança. E as ruínas causadas pela guerra tornavam indispensável recorrer a outras zonas de abastecimento e defesa. Estratégica e economicamente, a Europa Central não se bastava a si mesma.

3 — *Do exército e das armas*

Evolução semelhante se verificava nas condições militares. Os objectivos dos grandes estados continuavam a ser o estabelecimento de uma hegemonia estável, mas, no século XVI e princípio do século XVII, a sua definição era mais fácil. A superioridade militar assentava no manejo dos corpos militares organizados e caros, cuja disponibilidade só estava ao alcance de potências ricas. O uso concentrado dessas tropas especializadas era a única maneira de ganhar as guerras e as cidades, em crescimento, estavam ao alcance dos ataques e cercos, procedimento característico do século XVI, em que a artilharia e os exércitos baseavam a

sua acção na possibilidade efectiva de actuar sobre as cidades e centros económicos, que tinham — ou não — possibilidades de se defender. Foram esses os fundamentos da táctica militar dos portugueses na Índia; assim chegaram os turcos às portas de Viena, as tropas imperiais saquearam Roma, os ingleses incendiaram Edimburgo e pilharam Cádiz, assim como os espanhóis ocuparam Leyde, ect. Do mesmo modo, as batalhas campais do século XVI, quase todas travadas junto a cidades, visavam impedir os exércitos de agir sobre elas ou sobre outros centros como sejam portos, estradas minas, acampamentos comerciais ou lugares de passagem. As grandes aglomerações no século XVI exerciam funções políticas e sociais que ligavam ao seu destino à força militar. Tornavam-se, pois, indispensáveis os exércitos especializados e concentrados, providos de meios de acção para as coagir à vontade política do mais forte. O facto tornava os países dependentes da capacidade de defesa dos seus principais centros. Na verdade, no século XVI, havia uma enorme diferença entre a força da população e a dos exércitos, assim como das condições de ataque a uma cidade e a possibilidade da sua defesa, o que obrigava ao recurso constante a forças armadas. Estas, para ter valor, precisavam de poder agir sobre as cidades. Como mero exemplo, cite-se a preparação de um exército para a defesa de Lisboa, em 1572. Acrescentar-se-á, ainda, que Lisboa ficou inteiramente à disposição das tropas do duque de Alba, em 1580. As tropas especializadas espanholas dispunham de meios de investimento de excepcional eficácia. E a posse da cidade decidiu do domínio do País.

A situação começou lentamente a modificar-se desde fins do século XVI. O facto está relacionado com o aumento da capacidade do combatente individual e a sua auto-subsistência. A possibilidade de constituição de pequenos grupos de combatentes ajustados às possibilidades do terreno, impedindo a ocupação integral do território, retomou importância na defesa nacional. A guerra dos *gueux*, na Holanda, desencadeada na década de 1570, era uma primeira prevenção a esse respeito, numa área com grandes recursos de abastecimento, por um lado, e de apoio popular, por outro. Terminou, como é sabido, pela vitória desses mesmos *gueux* (que nada tinham de maltrapilhos), numa área dos Países Baixos cheia de possibilidades para a constituição de um estado, como realmente veio a verificar-se.

Esta evolução no sentido do aumento do poder ofensivo das pequenas armas e a consequente valorização ofensiva das pequenas unidades de combate, quer pelo aperfeiçoamento das pistolas, quer pela diminuição do

peso dos mosquetes, quer ainda pelo uso do cartucho como munição que tornava o mosqueteiro, de certo modo, quase tão auto-subsistente, como já o tinha sido o cavaleiro, cria uma situação sócio-militar nova. Por volta de 1615 aparece o fuzil que, a partir de 1630, veio a tornar-se uma excelente arma individual. Evolução semelhante se verificou com a artilharia, que se tornou mais manejável, tanto no transporte como no uso.

Além disso, passou a ser, também, mais barata, leve e disponível, tendo-se aperfeiçoado as técnicas de disposição do tiro, a partir das muralhas. Nesse aspecto, a cidade passou a estar mais protegida por fortalezas de acesso e a poder defender-se melhor porque passava a dispor de maior número de combatentes detentores de armas mais acessíveis e eficazes. Estes dois factos conduzem ao restabelecimento do papel das fortalezas e dos lugares fortificados.

Por esses mesmos motivos, os exércitos precisavam de promover a ocupação efectiva do território, o que não podia ser levado a efeito só pelo esmagamento do exército inimigo. Na verdade, grupos armados podiam continuar a actuar contra o vencedor e ainda com maior perigo para ele. Em consequência disso, o conceito de território nacional renovou a sua função estratégica, uma vez que se tornava mais praticável uma resistência colectiva. O poder de tiro dos guerrilheiros passou a ser considerável. É este facto que está por detrás da completa impossibilidade de a Áustria dominar a Alemanha, apesar da excelência do seu exército e da qualidade dos seus generais, assim como explica o insucesso sueco em assegurar o território conquistado pelas vitórias de Gustavo Adolfo. O mesmo se dirá da eficácia da resistência armada contra os turcos e da capacidade de resistência dos portugueses contra os holandeses do Brasil. Estes nada conseguiram fazer contra a guerrilha portuguesa e brasileira, depressa transformada em exército que, a partir do interior e com o apoio do governo português, conseguiu recuperar a terra brasileira. A consequência diplomática desta situação geral é a inutilidade do prosseguimento da guerra, quando se chega a uma situação nacional desta natureza, tornando-se indispensável manter, por parte do estado, capacidade de negociação política.

No mar, as condições de manobra dos navios continuaram a melhorar, aumentando a sua capacidade militar quer em artilharia, quer pela diminuição do número de marinheiros e consequente aumento no número de soldados. Por outro lado, o navio dispunha de muito maior

autonomia, desde que tivesse assegurado um pequeno número de pontos de apoio: portos e estaleiros.

Neste contexto novo e complexo, o território e a população portuguesas recuperaram todas as potencialidades estratégicas e passaram a constituir, caso se desencadeasse uma revolta, uma área de difícil ocupação, por um lado, e de apoios navais negociáveis, por outro. Com o aumento da eficácia das armas de fogo individuais e o melhoramento da defesa dos centros populacionais, como focos de resistência e de acção ofensiva, o território português recuperava as suas condições de defesa, numa superfície difícil de «ocupar», como tinha tido até ao século XVI. Com efeito, foi nesse sentido que D. Manuel fortificou o território, instalando ou reconstruindo fortalezas ao longo da fronteira terrestre⁽³⁾, tendo assegurado igualmente as fortalezas do século XV, no eixo interior do País, Barcelos-Guimarães-Vila da Feira-Ourém-Óbidos.

No século XVII, os exércitos revelavam pois menor diferença em capacidade de acção armada, relativamente à população. Deste modo se explica a violência repressiva durante a Guerra dos 30 Anos. E por essa mesma razão, os exércitos precisavam melhorar a sua eficácia, pela disciplina, concentração do poder ofensivo e aproveitamento planeado da força disponível. É o que se verifica nas transformações levadas a efeito durante e em consequência da Guerra dos 30 Anos. Assim como se percebe o levantamento da Catalunha, em 1640, realizado a partir das novas condições de resistência dos centros populacionais e do aproveitamento do terreno montanhoso. Para enfrentar os espanhóis, os catalães puderam levar a efeito uma guerra de posição e de desgaste, que só terminou quando, pelo completo isolamento da Catalunha, foi possível uma paz negociada. O aproveitamento estratégico das regiões e a sua consequente autonomia passava, por outro lado, a ser utilizado, nas negociações diplomáticas, como forma de evitar as guerras demasiado onerosas em vidas e dinheiro.

4 — *As exigências da espera*

Portugal, sob o domínio espanhol, depois de 1580, não tinha, como se disse, política externa independente. Não quer isto dizer que a comu-

⁽³⁾ *Livro das Fortalezas* de Duarte Damas. Introdução anotada por João d'Almeida, Lisboa, 1943.

nidade não fosse sensível ao problema e não tivesse meios de revelar a consciência dos seus interesses e do alcance das posições essenciais, existentes e a tomar. Há, na verdade, durante o domínio espanhol, uma atitude portuguesa quanto à política externa, solicitada, por intermédio de Lisboa, ao Conselho de Portugal, em Madrid, mas que quase nunca foi atendida. Acentuava-se, assim, no escol português, a certeza da importância da independência política. Deve dizer-se que a situação era, na realidade, insolúvel, caso ela se não recuperasse. Com efeito, nas condições em que estava a Europa, a Espanha levava a efeito uma política de intervenção generalizada. Portugal, pelo contrário, tinha exigências e competências claramente sectoriais. Mantinha a tenção de procurar vias de escoamento no Norte da Europa e de assegurar as linhas de tráfego com a Índia e o Brasil e de conservar o acesso directo aos mercados para o açúcar, pimenta, vinho e sal portugueses. Assim como não esquecia, evidentemente, as suas crescentes disponibilidades para o tráfego transitório que resultava dos numerosos e excelentes portos de que dispunha no Atlântico. Por sua vez, o Brasil tornava-se uma área de produção e povoamento para o qual se podiam prever as melhores perspectivas. Importava defendê-lo a todo o custo.

A primeira advertência geral quanto às possibilidades de apoio por mar resultou da própria acção francesa contra os Açores, em 1582. Mas, depressa, os portugueses se aperceberam que, dado o primeiro, decisivo, passo que tinha sido a entrega da coroa de Portugal aos Filipes, a inevitável recuperação da independência tinha de ser feita com cautela. Na verdade, se Portugal não queria aparecer como amigo de Filipe de Espanha, também não o queria ser dos seus inimigos, cujas exigências eram extarordinariamente vorazes, completamente desinteressadas dos interesses portugueses. Além disso, conhecida a capacidade militar e naval espanhola e as condições de vida nacional que Portugal mantinha, a reconquista da independência tinha de esperar por uma oportunidade; o auxílio externo necessário à empresa era, então, relativamente limitado e de pesadas condições, tendo em conta que a costa portuguesa tinha perante si o mar oceano que não era o mar do Norte por onde os auxílios se podiam esperar com facilidade. No mar *ainda* mandou a Espanha, durante alguns anos. Era bem evidente que esta não admitiria uma quebra do prestígio tão grande como a de perder Portugal, logo depois de o anexar: envolver-se-ia, sem qualquer dúvida, numa guerra dura e decisiva, para a qual tinha, na altura, todos os meios necessários. Não podia ficar em cheque perante

a Europa; uma incapacidade em Portugal provocaria outras tentativas de levantamento na Alemanha, na Flandres e na Itália, etc. Assim, depois da perda da independência, em 1580, a sua recuperação só poderia ser conseguida por uma guerra geral e decisiva, não por uma guerra local e de guerrilha. E os portugueses sabiam-no. Não tinham política externa de sua iniciativa, mas não estavam desprovidos de um escol dirigente acatado e consultado entre os portugueses e que vigiava as ocasiões. A atitude desse escol foi a de verificar que tinha de manter as hierarquias que definem uma Nação ocupada e esperar. Só que tinha de esperar de uma forma intensamente informada da situação europeia. Como nacionalidade, Portugal não perdeu os seus recursos institucionais e culturais, a sua capacidade de debate e de construção duma análise política adequada. É o que se pode ver em Frei Amador Arrais, Pero Roiz Soares, Salgado de Araújo, João Pinto Ribeiro, Rodrigues Lobo, Dr. António de Sousa de Macedo, D. Francisco Manuel de Melo, etc. Só que tal não podia bastar para que a independência fosse recuperada, pois iria afectar, em condições extremamente perigosas, o prestígio da Espanha. Por outro lado, o condicionamento tecnológico da valorização do combatente individual, só amadurecia lentamente, pelo que as perspectivas de levantamento nacional imediato eram limitadas. Havia que esperar.

Até 1630, ainda estavam de pé quase todas essas condições que tinham levado à perda da independência. O desastre espanhol da *Invencível Armada* tinha posto problemas interessantes, como sejam o da especialidade da tecnologia naval e portanto a impossibilidade em que, afinal, a Espanha estava de reunir forças navais de diferentes proveniências geográficas. Finalmente, os ataques de Francis Drake às costas hispânicas (1589-1596) tinham revelado a precaridade das defesas peninsulares para um ataque súbito, mas mostraram também a resistência inevitável aos ataques prolongados. Portugal mantinha o seu domínio sobre o território nacional: as ordens de resistência ao invasor inglês foram integralmente cumpridas. A monarquia espanhola era atacável mas não era frágil e o seu aparelho militar e naval funcionava dentro das condições técnicas da época. Não lhe foi difícil levar a guerra naval às costas da Irlanda (1596-1602). Nas condições da Europa do 1.º quartel do século XVII, não se vislumbravam ainda grandes possibilidades de resistir ao exército, artilharia e armada espanhóis. Assim se manteve um equilíbrio precário. Entretanto, definem-se melhor as viabilidades da política interna, em que se colocam o Estado espanhol

e os seus apoios, assim como as oposições que é indispensável considerar. As dificuldades quanto à unidade da Espanha tornavam-se maiores com a viabilidade do regionalismo e tinham de ser cuidadosamente ponderadas. É dentro deste contexto que se deve considerar, tanto a expulsão dos moriscos (1609) como a irregularidade do uso da Inquisição, quanto à Espanha; a sucessiva revogação das cláusulas militares do Édito de Nantes, culminando no certo de La Rochelle (1626), perdida pelos protestantes, quanto à França. Ou ainda a instalação de serviços repressivos da opinião na Grã-Bretanha, na Suécia, etc.

Perante as perspectivas dos levantamentos locais no século XVII, o aumento dos recursos para mercado, a necessidade de defesa militar das áreas mais povoadas, as possibilidades portuguesas cresciam. A sua capacidade política de intervenção crescia igualmente, como pode ver-se pelas suas propostas que atingem, nalguns casos, dimensões peninsulares. Foi o que sucedeu com a proposta de transformar Lisboa na capital das Espanhas, termo que abrangia os diferentes reinos peninsulares. Essa nova atitude toma posição pública, na visita a Lisboa de Filipe III de Espanha (II de Portugal) em 1621. Mas dela nada, evidentemente, podia resultar. Marca, afinal, o início da viragem para a reconquista da independência.

5 — *O sentido dos antagonismos europeus*

Enquanto se dava uma evolução desta natureza, a Espanha procurou, por toda a maneira, chegar a relações internacionais estáveis, tanto com a França como com a Holanda e a Inglaterra. Estabeleceu uma trégua com as Províncias Unidas (1609), firmou uma aliança com Viena, a paz com a França (1612) e Sabóia (1617). Mas não há dúvida que as dificuldades internas, nos finais do primeiro quartel do século, tornavam esta orientação bastante precária. Impunha-se definir uma hegemonia.

Na Europa Central, a possibilidade do território alemão se manter desunido, entre as duas grandes potências em confronto — a Áustria e a França — começava a tornar-se uma solução, desde o princípio do segundo quartel do século. Era patente que os estados alemães, unidos, estariam em condições de decidir do equilíbrio europeu, a favor de quem promovesse ou dirigisse essa união. Era isso vantajoso para quem? A Alemanha tinha, assim, no século XVII, a mesma função que a Itália teve, entre os séculos XIII e XVI: quem nela tivesse a hegemonia, dominaria a Europa.

A partir do primeiro quartel do século XVII, veio a verificar-se uma espécie de corrida ao domínio da Alemanha, desde o mar do Norte e o Báltico à Baviera, e à Saxónia. Entretanto, o aumento das potencialidades do regionalismo acentuava uma terceira via: a manutenção dos estados regionais alemães, hipótese que a França perfilhou e que Richelieu sistematicamente aplicou, desde 1628.

No início do século, não parecia que a área atlântica tivesse um grande papel no equilíbrio europeu. Na realidade, não tinha. Era uma importante zona de tráfego mas muito pouco do que lá circulava era essencial à subsistência da Europa, embora as exportações para o Oriente e para a América do Sul, assim como as respectivas importações, tivessem um papel sensível como estímulo à produção e à poupança e fossem uma forma de captação de capitais disponíveis, por parte da burguesia comercial. Para uma ponderação estratégica essencial, o Atlântico, na primeira metade do século XVII, só o era para a Península Ibérica. A Inglaterra e a Holanda realizavam um tráfego rendoso que lhes trazia grandes capitais e uma influência comercial que não decidia da sua fundamental posição europeia: só a acrescentava.

No fim do primeiro quartel do século, a Europa tinha zonas de confrontos diferentes das que essencialmente interessavam a Portugal; foi nelas que se desencadearam os primeiros choques da Guerra dos 30 Anos. E nessas mesmas zonas se decidiram. A Áustria, cujo poder central se tinha organizado no século XV e XVI, tinha adoptado uma espécie de federalismo centralizado; nele esperava integrar os estados alemães. A Reforma religiosa tinha tornado difícil a sua consolidação. Em face disso, a Áustria tentava agora a via militar para esse projecto de incluir alguns estados alemães na sua área política. Assim já tinha sucedido com a Boémia e a Hungria, regiões-chave da Europa Central. Para além desses territórios, na zona montanhosa dos Balcans, em poder dos turcos, começava a defesa da Europa.

Na área alemã, predominavam os pequenos estados. Tornava-se insuportável para a Áustria que a França, a Polónia ou a Suécia pudessem substituí-la junto dessas pequenas potências, com o que a Áustria se sentiria directamente ameaçada. Por isso, concentraram-se na Guerra dos 30 Anos as ambições à volta da unificação política da Europa Central. A Áustria tentava tomar para si uma área sempre crescente de interferência, de modo

a assegurar na Alemanha a sua presença hegemónica. Para integrar aqueles territórios numa coordenação governativa centralista, ainda que mínima, tornava-se indispensável que a questão religiosa alemã ou fosse resolvida ou ocorresse uma alteração de mentalidade que permitisse que por ela se não agravassem as divergências regionais: a nação alemã tinha de se tornar mais importante que a religião pelo que, para defender a primeira, poderiam conciliar-se diferentes confissões religiosas ou mesmo desistir delas. Era o ponto de vista da Áustria. Em contrapartida, para impedir o papel unificador desta última, como estado unificador da Europa Central, impunha-se ampliar as divergências nacionais, regionais ou religiosas, para que se tornassem irreconciliáveis. Era a orientação da França.

Assim, o esforço pela unidade da Europa Central, encabeçado pela Áustria e o da regionalização da mesma área, encabeçado pela França, exprimiam as duas habilitações essenciais da Europa: a unidade do Estado e a capacidade do regionalismo. É à volta deles que se travam as principais lutas, sobretudo depois da vitória da Montanha Branca (1620) que integrou o trono da Boémia no Império Austríaco. Alcançada esta vitória da Áustria, seguiram-se manobras de formulação mais política do que militar. Com efeito, todos os triunfos militares chegavam a soluções que não podiam ter continuidade perante as dificuldades da ocupação. A Áustria, ao pretender dar estabilidade ao seu domínio, inicialmente, quase garantido, encontrava a insuperável resistência religiosa e autonomista, estimulada pelas potências vizinhas que pretendiam dispor de influência na Alemanha: assim procediam a França, a Suécia, a Dinamarca, a Holanda. Foi essa esperança de influência ou a ameaça do seu desaparecimento (caso se reunissem todos os estados da Europa Central sob a égide da Áustria) que provocou a intervenção da Dinamarca, da Suécia e depois da França. E foi contra esta última, mais determinada na sua resistência, que se deu a aliança militar entre a Espanha e a Áustria com vista a enfrentar-lhe as manobras políticas, diplomáticas e militares. Por sua vez, a França lutava por diminuir a influência espanhola na área Ocidental do continente europeu, de modo a que a Áustria viesse a ter de se cingir aos recursos estratégicos que a área da sua influência lhe podia oferecer: ficaria absorvida pelas contingências dos interesses alemães, da ameaça turca, o que atenuava consideravelmente a viabilidade dos planos da unificação federal da Europa Central e, a mais longo prazo, da Europa.

Um projecto importante neste conjunto era pois a aliança entre a Áustria e a Espanha. Ambas as potências dispunham, como se vê, de considerável influência europeia. A Espanha dominava o Mediterrâneo Ocidental, com a posse da Península, e de parte da costa de Marrocos, tinha a hegemonia da Itália, assim como da foz do Reno. A Áustria dispunha de uma sólida influência na Europa Central, era um bastião prestigiado contra os turcos. A Espanha acrescentava, depois da anexação de Portugal, o domínio da América do Sul, além de uma presença não dispendiosa em África, no Oceano Índico e até ao mar da China. Não eram estas últimas regiões essenciais para a hegemonia europeia; mas condicionavam-na. Compreendiam, sobretudo, zonas de fornecimento de riquezas que aumentavam a capacidade de captação de capitais a quem delas dispunha. As possessões ultramarinas eram, sobretudo, um excepcional estímulo para o desenvolvimento da Europa, forçando-a a produzir matérias-primas (metais) e a fabricar mercadorias que lhe permitissem alcançar esses bens de proveniência externa, desde o ouro às mercadorias sumptuárias ou aos consumos exóticos. Fosse como fosse, dispor desses recursos, sem ser decisivo como prova de força económica e militar, significava que se dispunha dos meios de pagamentos que permitiam a manutenção dos exércitos. Evidentemente que o facto só era possível porque a Europa assegurava a produção de excedentes económicos, com os quais podia pagar todo esse comércio exótico. É indispensável dizer-se que a existência desse comércio intercontinental criado pela Europa não constituiu, inicialmente, um reforço do poder europeu. Era, sim, a expressão da sua capacidade: apesar da evasão de bens que esse comércio representava para a Europa, a exportação de grande número de produtos mantinha-se sem que se verificasse um abaixamento sensível no nível de vida habitual da população activa. A subida dos preços no século XVI exprimia, sobretudo, uma desarticulação entre o consumo e a produção europeia que constantemente crescia. Só de um modo muito limitado, se relacionava com a abundância de ouro americano, como Hugo Grotius supôs. Em suma, no século XVII, apesar do comércio e das rotas intercontinentais, assim como da existência de potências que beneficiavam desse comércio, como sejam a Grã-Bretanha, a Holanda, a Espanha e Portugal, o facto não lhes trazia, por aí, uma capacidade económica ou política excepcional. Mantinha, tão-só, abertos os caminhos do oceano e provava que a Europa

podia sustentar e pagar esse comércio, com produtos trabalhados, e valiosos pela eficácia prática a que tinha chegado e pela alta qualidade técnica do seu acabamento.

Quer dizer, os problemas decisivos para a Europa eram o domínio das suas áreas de riqueza: o território francês, o italiano, a Europa Central, a Europa do Norte. No seu conjunto, a Europa produzia trigo e metais, manufacturava tecidos, contava com excelente madeira e dispunha de uma população culta autónoma e civilizada, isto é, capaz de aprender qualquer officio. O seu escol tinha a noção da importância da lei na vida pública e estava habituado ao governo directo. E começava, além disso, a verificar que se podia adaptar a muitos outros climas e regiões.

Neste mundo de realidades e solicitações concretas, apoiar uma nação que tinha perdido a sua independência não é um acto generoso: é um sério acto político.

6 — *A reconquista da disponibilidade*

A guerra entre a França e a Espanha desencadeou-se abertamente em 1635. Como não podia deixar de ser, o facto provocou um interesse maior do Cardeal de Richelieu pela situação portuguesa, como nacionalidade integrada na monarquia hispânica. Impunha-se averiguar da sua disposição e capacidade de recuperar a independência. Em Portugal, desde 1623 que essa hipótese era claramente considerada e desde 1628 que se verificavam revoltas dispersas. A novidade a partir de 1635, é que a situação passou a ter mais claras perspectivas internacionais imediatas do que os portugueses imediatamente se aperceberam.

Em Portugal havia diversos núcleos populacionais, com facilidade de comunicação com o exterior — estrangeiros e cristãos-novos. Pelo menos, esses dois veículos foram aproveitados para conhecer e negociar o apoio internacional indispensável ao levantamento possível. Os responsáveis portugueses tinham abandonado a hipótese do auxílio inglês e desde os anos 30 que a probabilidade dos franceses para esse efeito, tinha sido retomada pelos notáveis políticos, desde os juristas aos militares, aos nobres e aos eclesiásticos. Entretanto, as medidas fiscais espanholas criavam um ambiente de revolta endémica que veio a tomar a sua forma mais espectacular, em Évora, em 1637. Quando ela se verificou, já as negociações com a França estavam entabuladas — embora pareçam ter sido, nessa altura, meras sondagens. No entanto, não está provado que tivessem tido inter-

venção concreta nas ocorrências: as condições de levantamento eram nacionais e uma coisa; as viabilidades de apoio externo eram outra questão e posterior ao levantamento.

As negociações para o apoio externo parecem ter-se centrado em Lisboa. Os franceses estavam seguros da realidade social em que tinha assentado a revolta de Évora. E chegaram ao ponto de fazer propostas de desembarque de tropas e de envio de uma esquadra. Não foi, porém, essa a solução aceite pelos portugueses. A solução escolhida e amadurecida foi a de promover uma revolta nacional, à qual estava garantido apoio francês. Não se conhecem os debates das discussões que certamente se realizaram, desde 1636, em Lisboa, ou em Paris, mas são conhecidas as propostas francesas no sentido de um desembarque de tropas suas e que foram recusadas. Jogou decerto aqui a experiência portuguesa relativa à tentativa de ocupação dos Açores pelos franceses e o retraimento que isso trouxe à população portuguesa, em geral. O mesmo fenómeno se verificou, também, na metrópole, entre 1588 e 1596, com os desembarques ingleses no Algarve.

Os portugueses escolheram, desde logo, um levantamento contra os espanhóis, levado a efeito de acordo com as possibilidades nacionais; preferiram apoiar-se na sua própria capacidade de organização, sem que isso quisesse dizer que menosprezassem o apoio francês, que seria recebido, para assegurar os resultados do levantamento. Pode, pois, perceber-se que a possibilidade e mesmo necessidade do apoio francês foi negociada, acautelando a integridade do território português.

O conde-duque de Olivares, com a sua concepção imperial de estado, conhecia, não obstante, os processos franceses de fazer a guerra, tanto o de tentar dispersar as forças do inimigo, como o de incitar à revolta os agrupamentos nacionais desejosos de independência. Tendo-os, decerto, em consideração, procurou conseguir a colaboração do duque de Bragança nos empreendimentos bélicos espanhóis, assim como da nobreza portuguesa, na guerra contra a Catalunha. Em vão.

Nem sempre se tem chamado a atenção para o facto de o comportamento conhecido do duque de Bragança e de grande número de nobres portugueses implicar a existência de projectos longamente maturados que esperavam oportunidades para se executar. Apesar disso, foram numerosos os soldados portugueses mobilizados para as guerras espanholas. No entanto,

quando o movimento autonomista catalão se iniciou em Março de 1640, já os preparativos internacionais e nacionais portugueses estavam muito adiantados, no sentido de levar a efeito o levantamento nacional ⁽⁴⁾.

O apoio do duque de Bragança foi essencial tanto ao movimento, em si mesmo, como no modo como ele se desencadeou. Se ele não estivesse assegurado, desde havia muito tempo, decerto que a montagem levantamento nacional teria sido outra e muito mais incerta, sobretudo no que se refere à autonomia em que o País ficaria relativamente à França. O projecto de desembarque de tropas francesas em Portugal ter-se-ia tornado uma solução muito mais próxima, seguindo, aliás, o sistema aplicado pela França no seu auxílio à Catalunha e que acabou por redundar em total insucesso: a Catalunha regressou à monarquia hispânica.

A entrada de tropas estrangeiras em Portugal teria transformado imediatamente Portugal num campo de batalha. É certo que, em 1640, as condições de negociação de apoio externo eram muito melhores do que no final do século XVI, quando das que foram levadas a efeito pelo Prior do Crato, para recuperar o Trono. Em 1640, o antagonismo entre a Espanha e a França era radical, enquanto em 1581-1595 ainda se não tinha revelado de uma forma tão absoluta. Embora já se desenhasse o confronto, ainda comportava a hipótese de aparentes recuos por parte da França, visto a Espanha ser uma grande potência. E a própria Espanha os negociou. Em 1640, porém, o choque franco-espanhol era total. É certo que a situação poderia vir a alterar-se com facilidade. Podemos dizer que a conjuntura internacional favorável a Portugal era precária, não quanto ao momento propriamente dito, mas quanto à sua duração. Nestas condições, o apoio do duque de Bragança permitiu que a revolução libertadora fosse feita na melhor altura e tivessem sido resolvidos da melhor maneira diversos problemas: foi um levantamento nacional da exclusiva responsabilidade de dirigentes portugueses que dominaram Lisboa, quase sem luta imediata, embora tivessem vencido a guarda alemã e logo a seguir tivessem obrigado à rendição os soldados espanhóis do castelo de S. Jorge. Na tarde de 1 de Dezembro já a cidade era patrulhada por piquetes de jovens fidalgos portugueses. Num curtíssimo espaço de tempo, na metrópole — o necessário para a notícia ser recebida — o País inteiro aderiu

(4) Em 1642 numa só leva dos prisioneiros feitos num encontro entre espanhóis e franceses, foram libertados pelo embaixador de Portugal em Paris 130 portugueses.

à Revolução de 1640; praticamente, não houve resistência em lugar algum do continente. Pela maneira como decorreram os acontecimentos quer em Lisboa quer em Vila Viçosa e pela chegada rápida do duque de Bragança, a Lisboa, vê-se que se actuou segundo um plano concertado.

O golpe de 1 de Dezembro de 1640 já foi realizado dentro das condições militares, da habilitação para a acção individual; tendo em conta a eficiência dos pequenos grupos bem armados, assim como a maior capacidade de resistência dos aglomerados populacionais. Ao apoiar a revolução, o País transformou-se num conjunto de núcleos armados potencialmente resistentes. Além disso, o rei passou à constituição imediata de um exército profissional, habilitado para ocorrer aos pontos nevrálgicos. A actividade militar principal pertenceu, porém, à Nação em armas. Foi esta que dissuadiu a Espanha quanto a uma acção militar imediata. Mais uma vez, a resistência nacional venceu a *Grande Espanha*, metáfora oportunista, tantas vezes invocada, antes e depois de 1640, na vida política portuguesa.

A revolução ocorreu nesse contexto internacional, bem conhecido dos responsáveis. Essa consciência da situação internacional chama a atenção para a permanência de um escol político bem dirigido que, na realidade, aproveitou a situação da melhor maneira e com um mínimo de perdas territoriais. Certo era que, um ano depois, já a disposição do Cardeal de Richelieu para com a revolta não teria, muito provavelmente, sido a mesma. Importante ponto a salientar foi que a revolução se consolidou sem necessidade de forças armadas estrangeiras para que Filipe IV de Espanha fosse afastado do trono português.

Uma vez assegurada a situação em Lisboa, D. João IV começou imediatamente a nomear responsáveis pelos serviços e a impor a obediência como rei legítimo. Em termos de direito público, a revolução destinava-se a repor os direitos do duque de Bragança postergados, em 1580, pela força espanhola. A revolução de 1 de Dezembro de 1640 tornava-se pois legítima e quem, em Portugal, a recusasse era considerado rebelde. Na linha do raciocínio que, na época, em Portugal, se formulava relativamente à Revolução triunfante salientava-se outro tópico. Era esse que, embora os Filipes pudessem ter tido alguns direitos (válidos, depois de reconhecidos, nas Cortes de Tomar, em 1581), tinham-nos perdido porque tinham violado o pacto negociado naquelas cortes. Aí, o rei espanhol tomara compromissos que não foram cumpridos, nem quanto aos cargos atribuídos

só a portugueses, nem quanto a impostos, nem quanto ao emprego de soldados portugueses, nem quanto às consultas às entidades nacionais. Neste modo de pensar, a dinastia filipina, mesmo que tivesse tido direitos, tinha-os perdido.

A defesa da legitimidade da independência desenvolvia-se naqueles dois planos. Um primeiro apelava para o direito de «revogar» um rei porque ele não cumpria os deveres por que se responsabilizara. Um segundo considerava o movimento do 1.º de Dezembro uma pura reposição dos direitos ao trono da Casa de Bragança.

Nesta ordem de razões a Revolução de 1640 pretendia apresentar-se como legítima, não por ser um levantamento popular, mas em consequência do princípio essencial da Guerra Justa em que a luta é legítima quando visa repor um direito, esse de que a Casa de Bragança tinha sido esbulhada. A Revolução de 1640 era pois justa, assente como estava na necessidade (que os teólogos aceitam) de pegar em armas para recuperar um direito. Ao mesmo tempo, o princípio do pacto social — tão referido na escolástica para explicar o governo das sociedades — apontava que o não cumprimento tirânico do *pactum subjectionis* legitimava a substituição do rei por outro que o povo organizado em comunidade responsável escolhesse e aceitasse.

Como é compreensível, os espanhóis não aceitavam qualquer destas duas vias de legitimação do movimento. Consideravam indiscutíveis os direitos de Filipe II e dos seus herdeiros e afirmavam que o rei governava no respeito pelos foros jurados em Tomar. Nestas condições, tanto D. João IV como os seus partidários eram, pelo lado espanhol, colocados dentro do estatuto jurídico de rebeldes. Deste modo, ficava proibido a qualquer estado o estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal, sob pena de entrar em guerra com Espanha. Com isto, pretendia, primeiro que tudo, eliminar os recursos portugueses no campo diplomático, restringindo-o aos inimigos declarados da própria Espanha, o que obrigava estes últimos a considerar, também, o alargamento das hostilidades. E os neutrais deixariam de ser, logo que reconhecessem o novo rei de Portugal. Escusado será dizer que o não fizeram. No plano mais directamente jurídico-militar, a guerra passava assim a ser interpretada como sendo conduzida pelo exército regular espanhol contra rebeldes portugueses. Isto implicava a perda, por parte dos portugueses, de diversos direitos de belligerância,

o mais importante dos quais era o respeito pelos prisioneiros. Segundo o estatuto de «rebelde», seriam executados. Assim tinha sucedido em 1582, quando do desembarque francês nos Açores.

Do mesmo modo, a Revolução de 1640, envolvia, para Portugal, pela sua própria lógica e pela necessidade de defesa, a necessidade de conduzir uma política externa, simultaneamente, muito cautelosa e muito clara: os inimigos da Espanha eram os únicos amigos de Portugal, mas isto só acontecia enquanto durasse a sua beligerância com a Espanha. E os inimigos de Portugal e da Espanha, com a Holanda? Era preciso distinguir a beligerância na Europa, na Índia, em Angola e no Brasil!

Considerando todos estes elementos, estruturais e conjunturais, é possível compreender-se por que motivo os espanhóis não tentaram imediatamente, depois da Revolução do 1.º de Dezembro, repor a antiga situação do reino de Portugal, sujeito a Filipe III. Igualmente se compreende o lúcido sentido da oportunidade que teve o movimento nacional português levado a efeito durante o curtíssimo período durante o qual a Espanha tinha uma frente na Catalunha e os Franceses, ainda sem projectos de paz, precisavam que a Espanha enviasse tropas para o extremo ocidente da Península.

A deslocação das tropas para a fronteira portuguesa era, porém, um empreendimento arriscado, por parte da Espanha. Além de dispendiosa, teria de ser conduzida de modo a ter o sucesso assegurado. Se assim não fosse, fomentaria novos focos de revolta e desencadearia uma guerra com grandes baixas como são sempre os levantamentos nacionais, tanto mais que a unanimidade dos portugueses era bem clara. Prova disso foi a audaciosa facilidade com que se constituíram os quadros de direcção do Estado português. O governo de D. João IV responsabilizou, desde logo, grande número de entidades públicas, atribuindo-lhes cargos e funções. Por elas eram postas à prova, pela prática, as suas declarações de apoio a Portugal independente.

A Revolução do 1.º de Dezembro de 1640 tem pois características da decisão política final de um movimento longamente amadurecido.

Jorge Borges de Macedo

Professor da Universidade Clássica de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa